

# Cada país interpreta princípio de uma forma

O problema referente à execução de sentenças dos tribunais internacionais de Direitos Humanos é uma polêmica que se arrasta há anos, sobretudo na OEA. Criada em 1959, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) jamais teve a atuação de agora, já que, na época em que os governos militares vicejavam na América Latina, era temeroso para qualquer órgão se arvorar em defensor dos direitos humanos. Vigilante, a Comissão tenta agora punir os Estados faltosos ou omissos, como aconteceu com o Brasil nos casos de massacres de trabalhadores

sem-terra e de presidiários. Os governos, naturalmente, têm dificuldades em aceitar essa ingerência em seus assuntos internos e, por isso, acenam com a impraticabilidade de obediência aos ditames da CIDH, alegando que suas recomendações têm apenas poder moral.

Segundo um dos maiores especialistas no assunto, o professor Antônio Augusto Cançado Trindade, vice-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede na Costa Rica, apenas essa corte e a Corte Européia podem hoje ser consideradas como foros para

aplicação das convenções Européia e Americana sobre Direitos Humanos, "os dois únicos tratados de direitos humanos dotados de tribunais internacionais, no âmbito do direito interno dos Estados Partes", segundo escreveu o professor Cançado Trindade. Ou seja, no caso dos países americanos, cabe à Corte Interamericana resolver o contencioso, mas nem todos os países latino-americanos obedecem ao mesmo princípio.

Na Colômbia, foi adotado um instrumento legislativo, segundo o qual a Comissão Interamericana é

reconhecida como tribunal; no Peru, a Lei de Habeas Corpus deixa espaço para que as decisões da Corte sejam obedecidas, enquanto na Argentina, recente projeto de lei regulamentará a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, criando um Comitê de Ministros, que determinará sobre o cumprimento das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Entretanto, segundo o professor Trindade, a grande maioria dos Estados partes na Convenção Americana ainda não tomou qualquer providência nesse sentido.